



COMUNICADO Nº 13/SELEÇÃO PPGD 2017 – 30 DE MARÇO DE 2017
RELAÇÃO DE DOCENTES ORIENTADORES PARA OS APROVADOS DENTRO DO
NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS DO EDITAL Nº 44/2016/PROPEP/UFAL

O Coordenador do PPGD, no uso de suas atribuições legais e consoante decisão do Colegiado, em reunião ocorrida em 29/03/2017, decide homologar o resultado final da Seleção PPGD 2017, bem como tornar pública a **relação de docentes orientadores para os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas do Edital nº 44/2016/PROPEP/UFAL**.

A relação apresenta os nomes dos aprovados em ordem alfabética.

NOME DO(A) APROVADO(A)	DOCENTE ORIENTADOR(A)	LINHA DE PESQUISA	TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA
Carolina Francisca Cavalcante Lira	Andreas Krell	1	A PROBLEMÁTICA DOS MUNICÍPIOS INVIÁVEIS E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: uma análise sob a ótica do Direito ao Desenvolvimento
Danilo Lucas de Oliveira Santos	Graça Gurgel	1	A EFICÁCIA JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE RISCO
Delano Sobral Rolim	Fábio Lins	2	POR UMA REVISÃO DO PRINCÍPIO DA VANTAJOSIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS À LUZ DO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL: limites e possibilidades
Elita Isabella Morais Dorvillé de Araújo	Elaine Pimentel	1	FEMINICÍDIOS EM MACEIÓ: um estudo sobre violência feminicida na Cidade de MACEIÓ/AL a partir da perspectiva da criminologia crítica
Fábio Augusto Carvalho Peixoto	Gabriel Ivo	2	FEDERALISMO FISCAL NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E NOVOS CRITÉRIOS DE CÁLCULO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS
Hugo Marinho Emídio de Barros	George Sarmiento	1	OS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS E A PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE AOS REFUGIADOS NO BRASIL: análise da Lei nº 9.474/97 à luz do binômio formado pelos princípios da Dignidade da Pessoa Humana e a Segurança Nacional
Iris Cintra Basílio da Silva	Manoel Cavalcante	2	A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DAS MULTAS TRIBUTÁRIAS PREVISTAS NA LEI Nº 5.900/96 DO ESTADO DE ALAGOAS EM FACE DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO CONFISCO: uma análise à luz dos critérios adotados pela atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
João Arthur Alves de Souza	Alessandra Marchioni	1	O DIREITO À CIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL: o caso de Cruz das Almas
Karina Barbosa Franco	Marcos Ehrhardt	2	MULTIPARENTALIDADE: uma análise dos limites e efeitos sociojurídicos práticos sob o enfoque do Princípio da Afetividade
Kleverton Halleysson Bibiano de Oliveira	Andreas Krell	1	A (IM)POSSIBILIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO RACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NA ATUALIDADE
Larissa Cavalcante Mendes	Olga Krell	1	SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: panorama de um contexto democrático em transformação
Laryssa Custódio de França Pereira	George Sarmiento	1	O DIREITO FUNDAMENTAL À CULTURA E OS DESAFIOS PARA A EFETIVIDADE



COMUNICADO Nº 13/SELEÇÃO PPGD 2017 – 30 DE MARÇO DE 2017
RELAÇÃO DE DOCENTES ORIENTADORES PARA OS APROVADOS DENTRO DO
NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS DO EDITAL Nº 44/2016/PROPEP/UFAL

Leonam Pinheiro Rodrigues	Alberto Jorge	1	ALTERNATIVAS À INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI COMO FORMA DE TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: aplicação de outras medidas cautelares diversas da internação
Leonardo Máximo Barbosa	José Barros	3	DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUA (IN)APLICABILIDADE AO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL
Liv Lessa Lima de Holanda	Olga Krell	1	HOMOPARENTALIDADE POR MEIO DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E O DIREITO À FILIAÇÃO
Lucas Isaac Soares Mesquita	Alessandra Marchioni	1	GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS ADMINISTRATIVOS E JURÍDICOS À SAÚDE PÚBLICA: contrarreforma e aspectos da inconstitucionalidade da Lei nº 12.550/2011 (ADI 4.895) no caso da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA/UFAL)
Mariana Oliveira de Melo Cavalcanti	Adrualdo Catão	1	PARA ALÉM DO SOPESAMENTO – A INCOMENSURABILIDADE ENTRE PRINCÍPIOS SOB A ÓTICA PRAGMÁTICO-CONSEQUENCIALISTA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO
Rhaira Adryssa dos Santos Duarte	Graça Gurgel	1	DIVERSIDADE FEMININA E IGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA: a efetividade da Proposta de Emenda Constitucional nº 134/2015 sob a ótica interseccional
Tálita Nunes de Souza Baêta Feijó	Fábio Lins	2	O PRINCÍPIO DA IGUALDADE, A AVALIAÇÃO DIFERENCIADA NO CONCURSO PÚBLICO E A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI 13.146/2015
Vitor Mendonça Maia	Gabriel Ivo	2	DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 93/2016: (in)validade e controle

Maceió, 30 de março de 2017

Prof. Dr. George Sarmiento Lins Júnior
Coordenador do PPGD